



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**EDITAL Nº 2127/2024**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

90015/2024

**CONTRATANTE (UASG)**

153254

**OBJETO**

Registro de Preços para a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de testes psicológicos para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais e demais unidades participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 133.743,70

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

Dia **24/10/2024** às **09h00** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor preço

**MODO DE DISPUTA:**

Aberto e fechado

**PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS**

SIM

Torna-se público que a Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, por meio do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais - DLO, sediado à Avenida Antônio Carlos, 6.627, Campus Pampulha, Belo Horizonte - MG, CEP: 31.270-901, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de testes psicológicos para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais e demais unidades participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

- 3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.5. Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
- 3.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 3.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.8. O impedimento de que trata o item 3.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.7.2 e 3.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 3.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.11. O disposto nos itens 3.7.2 e 3.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 3.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 3.13. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.11.1 deste Edital.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a

usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.1.4. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e

local indicados neste Edital.

- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. **Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
  - 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
  - 6.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 6.11.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
  - 6.11.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
  - 6.11.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
  - 6.17.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
  - 6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
  - 6.17.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
  - 6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
  - 6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
    - 6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
    - 6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
    - 6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
    - 6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
  - 6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



- 6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 6.18.2.2. empresas brasileiras;
- 6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.19.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 6.19.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.19.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.19.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.19.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 6.19.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **7. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1. SICAF
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#)).
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5.1 e 4.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 7.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

- 7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 7.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 7.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 7.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **8. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 8.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- 8.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).
- 8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).
- 8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).
- 8.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **duas horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 8.12. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 8.13. A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):
- 8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no

subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- 10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- 10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- 10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

- 10.5. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 10.6. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **11. DOS RECURSOS**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.



11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras>

## **12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. ou deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

12.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).



12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: [scompras@dsg.ufmg.br](mailto:scompras@dsg.ufmg.br), ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Antônio Carlos, 6.627, Campus Pampulha, Belo Horizonte/MG, CEP: 31.270-901, Divisão de Compras do DLO/UFMG.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **14. REAJUSTE**

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em junho/2024.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, tendo em vista que não há um índice específico para o objeto adquirido, em conformidade com item 7, b, do anexo IX da IN SEGES/MP nº 05, de 2017.

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

14.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

14.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. **Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: [www.ufmg.br/dlo](http://www.ufmg.br/dlo).

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

- 15.12. ANEXO II - Minuta de Ata de Registro de Preços
- 15.13. ANEXO III - Modelo de Proposta Comercial
- 15.14. ANEXO IV - Modelos de Declarações

Belo Horizonte, 08 de outubro de 2024.

MARGARETE MARIA PARREIRAS  
Diretora Central de Compras  
DLO/PRA/UFMG



Documento assinado eletronicamente por **Margarete Maria Parreiras, Diretor(a) de divisão**, em 08/10/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **3622338** e o código CRC **E9A371B0**.

ANEXO I MINUTA DO EDITAL  
TERMO DE REFERÊNCIA

(Documento disponibilizado separadamente em formato .pdf)

Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

(Documento disponibilizado separadamente em formato .pdf)

ANEXO II MINUTA DO EDITAL  
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
Nº .....

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços ), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº ....., considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo nº ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO
- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
- 2.1. O preço registrado , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

- 2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

### 3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] são} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

### 4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### 5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de

atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DO PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E POR PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.7.1. Por razão de interesse público;

9.7.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.7.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. CONDIÇÕES GERAIS**

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

**Anexo**  
**Cadastro Reserva**

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

**ANEXO III MINUTA DO EDITAL**  
**MODELO DE PROPOSTA**

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	NEO PI-R Inventário de Personalidade NEO Revisado Cadernos de aplicação	UNIDADE	105		
2	NEO PI-R Inventário de Personalidade / NEO Revisado / Manual	UNIDADE	19		
3	NEO PI-R Inventário de Personalidade NEO Revisado Folha de Resposta - Forma de apresentação: Bloco	UNIDADE	14		
4	ESAVI Escala de Avaliação da Impulsividade Folhas de aplicação - Forma A Forma de apresentação: Conjunto Completo	UNIDADE	9		
5	Forma de apresentação: Conjunto Completo BPA Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção - Folha de Aplicação - AA; AC; AD Forma de apresentação: Conjuntos de aplicação	UNIDADE	6		
6	BPA Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção Manual	UNIDADE	35		
7	AIP - Avaliação dos Interesses Profissionais Forma de Apresentação: Kit Completo	UNIDADE	17		
8	TCFI Teste de Criatividade Figural Infantil Kit Completo	UNIDADE	8		
9	TCFI Teste de Criatividade Figural Infantil Livro de Exercício	UNIDADE	20		

10	TCFI Teste de Criatividade Figural Infantil livro de avaliação. Forma de Apresentação: Bloco com 25 folhas	UNIDADE	4		
11	EPQ-J Questionário de Personalidade para Crianças e Adolescentes Manual	UNIDADE	10		
12	EPQ-J Questionário de Personalidade para Crianças e Adolescentes Livro de Aplicação	UNIDADE	30		
13	G-38 Teste Não Verbal de Inteligência - Manual	UNIDADE	40		
14	G-38 Teste Não Verbal de Inteligência - Livro de Exercício	UNIDADE	100		
15	G-38 Teste Não Verbal de Inteligência - Folha de Resposta Forma de apresentação: Bloco	UNIDADE	12		
16	G-38 Teste Não Verbal de Inteligência Crivo	UNIDADE	80		
17	WISC-IV Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - 4ª edição Caixa - Forma de apresentação: Conjuntos completos	UNIDADE	5		
18	WISC-IV Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - 4ª edição. Protocolo de Registro Geral	UNIDADE	90		
19	WISC-IV Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - 4ª edição. Protocolo de Resposta 1	UNIDADE	40		
20	WISC-IV - Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - 4ª edição. Protocolo de Resposta 2	UNIDADE	40		
21	WAIS-III Escala de Inteligência Wechsler para Adultos Caixa Forma de apresentação: Conjuntos completos	UNIDADE	4		
22	WAIS-III Escala de Inteligência Wechsler para Adultos - Folha de Resposta I	UNIDADE	67		
23	BFP Bateria Fatorial de Personalidade - Cadernos de Reutilizáveis	UNIDADE	80		
24	BFP Bateria Fatorial de Personalidade - Folha de Apuração Forma de apresentação: Bloco	UNIDADE	5		
25	Matrizes avançadas de Raven - Caderno de Teste	UNIDADE	100		
26	Matrizes avançadas de Raven - Manual	UNIDADE	50		
27	Matrizes avançadas de Raven - Folha de Resposta Forma de apresentação: Bloco	UNIDADE	15		
28	MAP Medida de Atenção Plena - Folha de Aplicação/Resposta - Forma de apresentação: Blocos de 25 folhas	UNIDADE	8		
29	MAP Medida de Atenção Plena Manual	UNIDADE	8		
30	MRI Marcadores De Resiliência Infantil Kit Completo	UNIDADE	5		
31	MRI Marcadores De Resiliência Infantil Livro de Estimulos	UNIDADE	20		
32	MRI Marcadores De Resiliência Infantil Protocolo de Correção	UNIDADE	20		
33	CPM-RAVEN Matrizes Progressivas Coloridas de Raven Kit Completo - Forma de apresentação: Kit	UNIDADE	7		
34	EPF-TDAH Escala de Prejuízos Funcionais - TDAH Kit Completo - Forma de apresentação: Kit	UNIDADE	7		
35	TDE II - 1º ao 4º ano Forma de apresentação: Kit	UNIDADE	5		
36	TDE II - 5º ao 9º ano Forma de apresentação: Kit	UNIDADE	5		
37	WAIS-III -Prot. Procurar Símbolos - Escala de Inteligência Wechsler para Adultos	UNIDADE	65		
38	Esavi - Livro de instruções	UNIDADE	2		

VALOR TOTAL:

#### DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

Nome para contato:

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias

DADOS DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ATA

Nome:

Identidade: CPF:

Cargo:

DADOS BANCÁRIOS

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

ANEXO IV MINUTA DO EDITAL

MODELOS DE DECLARAÇÕES

PROCESSO Nº 23072.222647/2024-28  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU PARENTESCO DO POSTO DE SERVIÇO

Eu \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, declaro, sob pena de responsabilização administrativa e penal, na forma da legislação vigente, que não sou cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança (assessoramento, chefia ou direção) na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Assinatura do emissor

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Para fins de participação na licitação **Pregão Eletrônico nº 90015/2024**, a empresa (nome completo da proponente) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada \_\_\_\_\_ (endereço completo), eu \_\_\_\_\_ (representante legal - cargo):

Declaro sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônico**, instaurado pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 13, de 23 de agosto de 2021, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data: \_\_\_\_\_

Assinatura devidamente identificada do representante legal  
nº do CPF e nº da Carteira de Identidade

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA COM A ARP

A empresa [Digite o nome]

Declara para os devidos fins, que:

- Concorda com minuta da Ata de Registros de Preços do **Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2024** da Administração Geral da UFMG, e a mesma será recebida após a assinatura da Universidade Federal de Minas Gerais;
- Que a proposta definitiva (preços registrados) fará parte da Ata de Registro de Preço como anexo I da mesma;
- Assume o compromisso de receber as Autorizações de Fornecimento e Empenhos pelo e-mail institucional [Digite texto], concordando que não sendo confirmado o recebimento do e-mail, a Administração Geral da UFMG considerará como recebido, iniciando a contagem do prazo de entrega;



4. Assume o compromisso de avisar a Administração Geral da UFMG quando houver mudança de e-mail

[Digite texto], \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de [Digite texto].

\_\_\_\_\_  
(assinatura e identificação do REPRESENTANTE LEGAL)

Carimbo da Empresa

#### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR OU DIRIGENTE DA UFMG COMO SÓCIO DA EMPRESA**

*[Nome da Empresa Licitante]*, inscrita no CNPJ ....., sediada no *[endereço]*, declara, sob penas da Lei, que até a presente data não possui, como sócio, servidor ou dirigente da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local e Data: \_\_\_\_\_

Referência: Processo nº 23072.222647/2024-28

SEI nº 3622338

# Termo de Referência 6/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
6/2024	153287-FACULDADE DE FILOSOFIA E CIENC. HUMANAS/UFMG	FLAVIA OLIVEIRA ARRUDA	26/09/2024 08:00 (v 4.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	32/2024	23072.222647/2024-28

## 1. Definição do objeto

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Aquisição de testes psicológicos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.1 A planilha com a descrição dos itens consta no ANEXO I – PLANILHA DESCRITIVA DE ITENS E QUANTITATIVOS, deste termo.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133 /2021, desde que comprovado o preço vantajoso da ata.
- 1.5 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme planilha constante no ANEXO II – PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

## 3. Descrição da solução

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. Requisitos da contratação

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

#### Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a AGU, quando da aquisição de bens, recomenda-se exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (quando aplicável);

4.1.4 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2. Com base no Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes gerais de sustentabilidade observadas neste termo:

I. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

III. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e

IV. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.3. Considerando o art. 5º da Lei 14.133/2021, visando promover o desenvolvimento nacional sustentável e perseguindo o que dispõe a Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG, os produtos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

4.4 Além dos itens acima, o licitante também deverá:

4.4.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e validade;

4.4.2. Ofertar materiais de MELHOR QUALIDADE (1ª qualidade), novo de 1º uso e segundo os padrões usuais de mercado, sendo obrigatória ainda, que conste na proposta, a identificação do fabricante com a marca e sub-marca, se for o caso.

4.4.3. O recebimento provisório ou definitivo dos materiais pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios das mercadorias.

4.4.4. Os materiais que forem constatados fora da especificação deverão ser substituídos imediatamente e com o custo por conta do fornecedor contratado.

4.4.5. Todos os materiais deverão conter em suas embalagens com identificação do produto, a data de validade, quando for o caso.

4.4.6. Os materiais a serem entregues poderão ser substituídos pelo fornecedor contratado quando necessário, desde que em comum acordo com a contratante.

4.4.7. A contratada deverá executar, fielmente, as entregas até 30 dias da emissão da nota de empenho, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

#### 4.5 Informações relevantes sobre a presente contratação:

4.5.1. Conforme estabelecido no art. 95, II da lei 14.133/21, o termo de contrato poderá ser substituído por outro instrumento equivalente. Logo, opta-se pela adoção da nota de empenho, uma vez que o objeto da contratação constitui compra de entrega imediata e integral dos bens adquiridos e a contratada não estará vinculada à prestação de obrigações futuras, a não ser aquelas decorrentes da garantia legal.

4.5.2. A presente contratação é restrita e condicionada, conforme abaixo:

4.5.3. A compra de testes psicológicos, mesmo em situações de ensino, só pode ser realizada por profissional psicólogo inscrito no CRP, conforme disposto na Resolução CFP nº 31/2022, que se responsabilizará pelo uso do material. Assim, deve haver um psicólogo responsável técnico que faça a aquisição do teste e o material pode ser repassado ao aluno, desde que o aluno seja estudante de psicologia e apenas no contexto de ensino.

4.5.4. Informamos que o nome e registro (CRP) do profissional responsável pelas aquisições será informado no momento da solicitação do material.

#### **Subcontratação**

4.6 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão do empenho, em remessa única

5.2. Os bens deverão ser entregues no endereço constante na planilha do ANEXO III – ENDEREÇOS DE ENTREGA E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.3 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



## 6. Modelo de gestão do contrato

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

#### Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.8.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

#### Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II)

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

#### Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º [da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impositivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020 dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.25 . A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

#### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

#### Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



**8.6. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.8. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.9. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**8.11. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.12. Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

**8.13. Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

**8.14.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.15.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.16.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional

**8.17.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.18.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.19.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



8.20. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Técnica**

8.23. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.23.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

8.23.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.23.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.23.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.23.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **9. Estimativas do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 133.743,70

### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. *O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.*

9.2. *A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato*

9.3. *Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve*

o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.3.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.3.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Conforme Art. 17 do Decreto 11.462/2023, “A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.”

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Belo Horizonte, 18 de julho de 2024

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FLAVIA OLIVEIRA ARRUDA**

Membro da comissão de contratação




Assinou eletronicamente em 26/09/2024 às 08:00:42.

Documento assinado digitalmente  
**LARISSA ASSUNCAO RODRIGUES**  
Data: 27/09/2024 11:19:59-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

**LARISSA ASSUNCAO RODRIGUES**

Membro da comissão de contratação

Documento assinado digitalmente  
 **CARMEN ELVIRA FLORES MENDOZA PRADO**  
Data: 27/09/2024 18:46:34-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CARMEN ELVIRA FLORES MENDOZA PRADO**

Membro da comissão de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I\_TR\_18jul2024.pdf (195.46 KB)
- Anexo II - ANEXO II\_TR\_PCA\_18jul2024.pdf (405.7 KB)
- Anexo III - ANEXO III\_TR\_ENDERECOS E RESPONSÁVEIS PELA ENTREGA\_18jul2024.pdf (421.25 KB)
- Anexo IV - ETP2\_2024\_\_assinado\_por\_flavia\_porLARISSA\_e\_carmem25set2024\_\_assinado\_\_assinado.pdf (1.59 MB)

**Anexo I - ANEXO I\_TR\_18jul2024.pdf**

## ANEXO I - PLANILHA DESCRITIVA DE ITENS E QUANTITATIVOS

IRP - 006/2024- Aquisição parcelada de testes psicológicos para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais e demais unidades participantes							
Item	CATMAT	Especificação	Unidade de Fornecimento	FAFICH	COLTEC	ENFERMAGEM	Quantidade Total
1	605525	NEO PI-R Inventário de Personalidade NEO Revisado Cadernos de aplicação	unidade	100	0	5	105
2	605525	NEO PI-R Inventário de Personalidade / NEO Revisado / Manual	unidade	16		3	19
3	607707	NEO PI-R Inventário de Personalidade NEO Revisado Folha de Resposta - Forma de apresentação: Bloco	unidade	10		4	14
4	607715	ESAVI Escala de Avaliação da Impulsividade Folhas de aplicação - Forma A Forma de apresentação: Conjunto Completo	unidade	6		3	9
5	611214	Forma de apresentação: Conjunto CompletoBPA Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção - Folha de Aplicação - AA; AC; AD - Forma de apresentação: Conjutos de aplicação	unidade	6			6
6	611214	BPA Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção Manual	unidade	35			35
7	605662	AIP - Avaliação dos Interesses Profissionais Forma de Aprsentação: Kit Completo	unidade	10	4	3	17
8	611505	TCFI Teste de Criatividade Figural Infantil Kit Completo	unidade	8			8
9	611505	TCFI Teste de Criatividade Figural Infantil Livro de Exercício	unidade	20			20
10	611505	TCFI Teste de Criatividade Figural Infantil livro de avaliação. Forma de Apresentação: Bloco com 25 folhas	unidade	4			4
11	607724	EPQ-J Questionário de Personalidade para Crianças e Adolescentes Manual	unidade	10			10



12	607724	EPQ-J Questionário de Personalidade para Crianças e Adolescentes Livro de Aplicação	unidade	30			30
13	605485	G-38 Teste Não Verbal de Inteligência - Manual	unidade	40			40
14	605484	G-38 Teste Não Verbal de Inteligência - Livro de Exercício	unidade	100			100
15	605484	G-38 Teste Não Verbal de Inteligência - Folha de Resposta - Forma de apresentação: Bloco	unidade	12			12
16	605484	G-38 Teste Não Verbal de Inteligência Crivo	unidade	80			80
17	617305	WISC-IV Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - 4ª edição Caixa - Forma de apresentação: Conjuntos completos	unidade	5			5
18	605586	WISC-IV Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - 4ª edição. Protocolo de Registro Geral	unidade	90			90
19	605586	WISC-IV Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - 4ª edição. Protocolo de Resposta 1	unidade	40			40
20	605585	WISC-IV - Escala de Inteligência Wechsler para Crianças - 4ª edição. Protocolo de Resposta 2	unidade	40			40
21	611498	WAIS-III Escala de Inteligência Wechsler para Adultos Caixa - Forma de apresentação: Conjuntos completos	unidade	2		2	4
22	605586	WAIS-III Escala de Inteligência Wechsler para Adultos - Folha de Resposta I	unidade	65		2	67
23	607724	BFP Bateria Fatorial de Personalidade - Cadernos de Reutilizáveis	unidade	80			80
24	607724	BFP Bateria Fatorial de Personalidade - Folha de Apuração - Forma de apresentação: Bloco	unidade	5			5
25	605482	Matrizes avançadas de Raven - Caderno de Teste	unidade	100			100
26	605482	Matrizes avançadas de Raven - Manual	unidade	50			50
27	605482	Matrizes avançadas de Raven - Folha de Resposta - Forma de apresentação: Bloco	unidade	15			15

28	611531	MAP Medida de Atenção Plena - Folha de Aplicação/Resposta - Forma de apresentação: Blocos de 25 folhas	unidade	8		8
29	611531	MAP Medida de Atenção Plena Manual	unidade	8		8
30	607066	MRI Marcadores De Resiliência Infantil Kit Completo	unidade	5		5
31	607066	MRI Marcadores De Resiliência Infantil Livro de Estímulos	unidade	20		20
32	607066	MRI Marcadores De Resiliência Infantil Protocolo de Correção	unidade	20		20
33	605485	CPM-RAVEN Matrizes Progressivas Coloridas de Raven Kit Completo - Forma de apresentação: Kit	unidade	7		7
34	605522	EPF-TDAH Escala de Prejuízos Funcionais - TDAH Kit Completo - Forma de apresentação: Kit	unidade	7		7
35	607708	TDE II - 1º ao 4º ano - Forma de apresentação: Kit	unidade	5		5
36	607708	TDE II - 5º ao 9º ano - - Forma de apresentação: Kit	unidade	5		5
37	605586	WAIS-III -Prot. Procurar Símbolos - Escala de Inteligência Wechsler para Adultos	unidade	65		65
38	607715	Esavi - Livro de instruções	unidade	2		2
Valor total da contratação						R\$133.743,70

**Anexo II - ANEXO II\_TR\_PCA\_18jul2024.pdf**

## ANEXO II - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH	
ID PCA no PNCP: 17217985000104-0-000025/2024	
Data de Publicação: 19/05/2023	Identificador da futura contratação: 153278-90007/2023
ID do item no PCA	CLASSE/GRUPO
322	7690 – IMPRESSOS DIVERSOS
COLÉGIO TÉCNICO - COLTEC	
ID PCA no PNCP:	
Data de Publicação:	Identificador da futura contratação:
ID do item no PCA	CLASSE/GRUPO
*	
ESCOLA DE ENFERMAGEM - ENF	
ID PCA no PNCP: 17217985000104-0-000037/2024	
Data de Publicação: 14/11/2023	Identificador da futura contratação: 153279-4/2024
ID do item no PCA	CLASSE/GRUPO
749, 750, 751, 752, 753, 754 E 755	7690 - IMPRESSOS DIVERSOS

**Anexo III - ANEXO III\_TR\_ENDERECOS E  
RESPONSÁVEIS PELA ENTREGA\_18jul2024.pdf**

**ANEXO III – ENDEREÇOS DE ENTREGA E RESPONSÁVEIS PELO  
RECEBIMENTO**

UNIDADE REQUISITANTE	ENDEREÇO DE ENTREGA	RESPONSÁVEL/DADOS DE CONTATO
<b>FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH</b>	Almoxarifado da FAFICH  Sala 1006, 1º andar - Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha – CEP: 31270- 901, BH/MG.	<b>Nome completo:</b> Valteir Gonçalves Ribeiro
		<b>Setor:</b> Almoxarifado
		<b>E-mail:</b> <a href="mailto:almoxcompras@fafich.ufmg.br">almoxcompras@fafich.ufmg.br</a> <a href="mailto:gerencia@fafich.ufmg.br">gerencia@fafich.ufmg.br</a>
		<b>Telefone:</b> (031) 3409-5014
<b>COLÉGIO TÉCNICO - COLTEC</b>	Almoxarifado do COLTEC  Sala 113, 1º andar – Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha - CEP 31.270.901 - BH/MG.  CNPJ: 17.217.985/0010-03	<b>Nome completo:</b> *
		<b>Setor:</b> *
		<b>E-mail:</b> *
		<b>Telefone:</b> *
<b>ESCOLA DE ENFERMAGEM - ENF</b>	Almoxarifado da ENF  Av. Professor Alfredo Balena, 190, bairro Santa Efigênia - CEP: 30.130-100, BH/MG.	<b>Nome completo:</b> Cíntia de Assis Araújo
		<b>Setor:</b> Almoxarifado
		<b>E-mail:</b> <a href="mailto:salmox@enf.ufmg.br">salmox@enf.ufmg.br</a>
		<b>Telefone:</b> (31) 3409-9881



**Anexo IV -  
ETP2\_2024\_\_assinado\_por\_flavia\_porLARISSA\_e\_carm  
pdf**

# Estudo Técnico Preliminar 2/2024

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 23072.222647/2024-28

## 2. Histórico da UFMG

### 2.1 Histórico UFMG

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) oferece atualmente 94 cursos de graduação presenciais e 5 cursos à distância. Possui aproximadamente 45.000 alunos (graduação e pós-graduação) e 7.400 servidores (magistério superior; magistério do ensino médio e tecnológico; e técnicos administrativos em educação), conforme dados divulgados pela UFMG no ano de 2021. Somam-se a este número, aproximadamente quatro mil membros da comunidade externa, participantes das ações de extensão promovidas pela universidade em 2021 (dados do site <https://ufmg.br/a-universidade/apresentacao/ufmg-em-numeros>).

Integram a UFMG quatro campi: o campus Pampulha, o campus Saúde, o campus regional em Montes Claros e o campus cultural da UFMG em Tiradentes. Destaca-se que no campus Pampulha está localizado o prédio da reitoria, órgãos da Administração central e a maioria das unidades acadêmicas.

Destas unidades pode-se destacar a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH. No campo da Graduação, ela abriga hoje os cursos de Antropologia, Ciências Sociais, Ciências Socioambientais, Comunicação Social, Filosofia, Gestão Pública, História e Psicologia. (Fonte: <https://www.fafich.ufmg.br/a-faculdade/>)

Em 1968, foi reconhecido, pelo Decreto 62848, o curso de Psicologia da UFMG. O curso foi concebido de forma a atender às necessidades da sociedade pelo profissional da Psicologia, profissão regulamentada em nosso país no ano de 1962. Desde então, algumas reformas e alterações curriculares foram realizadas de forma a responder às exigências de formação de profissionais mais qualificados e atualizados. No segundo semestre de 2008 implantou-se o novo currículo elaborado de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, sendo essa a atual versão curricular. O curso foi concebido para oferecer uma formação sólida e eficiente, capaz de acompanhar as demandas da sociedade pelo profissional da Psicologia, tanto as tradicionais quanto as mais recentes.

O curso de psicologia é oferecido em período diurno sendo o tempo padrão para integralização curricular de 10 semestres. Oferece a modalidade Psicólogo (a modalidade Licenciado em Psicologia está temporariamente suspensa aguardando ajustes curriculares para se adequar à legislação vigente).

Os primeiros sete períodos são destinados à formação básica incluindo disciplinas obrigatórias, carga optativa e estágios básicos. A partir do oitavo período o estudante deverá optar por uma Ênfase Curricular dentre: Processos de Desenvolvimento e Avaliação

Psicológica, Processos Clínicos e Processos Psicossociais. As atividades de estágio específico acompanham a ênfase escolhida. Os estágios são supervisionados por professores do Departamento de Psicologia.

O curso oferece um Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e conta, também com uma empresa Junior (RH Consultoria Junior) que funcionam como espaço integrado de ensino, pesquisa e extensão.

O Centro de Aplicação da Psicologia (CEAP) é um Serviço-Escola do Departamento de Psicologia que tem por objetivo principal cumprir o Art. 16 da Resolução CNE/CNS Nº 1 de 11 de outubro de 2023 das Diretrizes Curriculares Nacionais, e demais legislações pertinentes e complementares.

O Serviço-Escola é um espaço de prestação de serviços em Psicologia e articulação com a sociedade, podendo integrar ações de formação, pesquisa e extensão. A sigla CEAP passa a designar Centro de Aplicação da Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. O CEAP é um setor de aplicação, formação, pesquisa e extensão para todas as áreas de atuação da Psicologia. (Fonte: <https://www.fafich.ufmg.br/psi/graduacao>)

### **Centralização das compras na UFMG**

Levando-se em conta a necessidade da área requisitante, faz-se necessária a compreensão do atual cenário das contratações no âmbito da UFMG. No primeiro semestre de 2022, a Universidade Federal de Minas Gerais passou por uma reestruturação interna no que tange os processos de compras.

Essa reestruturação se deu devida a exigência estabelecida pela portaria de nº 13.623, publicada em 10 de dezembro de 2019. A referida portaria estabelece diretrizes para redimensionamento do quantitativo de Unidades Administrativas de Serviços Gerais – UASGs, pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e possui como objetivo a redução do quantitativo das UASGs de compras, na

busca de maior economia de escala, menores custos processuais e maior incremento de controle institucional devido a centralização das compras.

Desta forma, para atender as exigências da portaria de nº 13.623/19, a UFMG centralizou o procedimento de compras em 06 (seis) UASGS compradoras, sendo elas: UASG UFMG Matriz, Central de Compras (DLO), Campus Saúde, Campus Montes Claros, Obras e Manutenção e Tecnologia da Informação (TI).

A Central de compras (DLO) é o departamento responsável pela elaboração do calendário centralizado de compras e seu cumprimento, bem como pela aquisição centralizada de serviços, materiais e equipamentos diversos no âmbito da UFMG. Outro ponto importante é que apesar da central de compras ter como objetivo centralizar as compras das unidades, estas ainda possuem “autonomia administrativa, patrimonial e financeira”, ou seja, não houve fusão patrimonial destas. Sendo assim, a norma traz tão somente a centralização /otimização do processo de licitação, não havendo previsão de alteração das unidades pagadoras”, conforme se extrai do relatório SEI 1481145 – processo 23072.230325/2022-91.

Desta forma, a central de compras é responsável por conduzir o processo de compra direta e/ou licitatório, bem como prestar auxílio às demais UASGs (pagadoras) quanto a suas respectivas responsabilidades dentro do processo. Logo, nos processos licitatórios a central de compras conta com o apoio de equipes de planejamento da contratação que são designadas de acordo com o objeto da licitação e o DLO assessora e conduz o processo dentro da central de compras. Nos casos em que a contratação será realizada pelo sistema de registro de preços, a central de compras DLO é o órgão gerenciador responsável pela futura ata de registro de preços.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	Thais Porlan de Oliveira

### 4. Descrição da necessidade

4.1 O presente estudo tem como objetivo avaliar a opção mais eficiente e viável para que o curso de psicologia da Faculdade de Filosofia e ciências Humanas - FAFICH, com o auxílio da Central de compras (DLO), possa adquirir testes psicológicos para suprir as demandas acadêmicas do curso de psicologia e assim fomentar as atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da universidade.

4.2 O curso de Psicologia oferta por semestre em sua grade curricular entre quatro a cinco disciplinas, sendo duas obrigatórias, e dois estágios de atendimento à comunidade externa relativas à avaliação psicológica. Para o cumprimento dessa oferta se utiliza necessariamente diversos testes psicológicos. As duas disciplinas obrigatórias atendem por semestre a aproximadamente 160 alunos e as disciplinas optativas costumam atender 60 alunos também por semestre. Já os estágios costumam atender entre 24 a 30 famílias por semestre.

4.3 A falta de compra dos instrumentos psicológicos, agravada nos anos 2020 a 2022 por efeito da pandemia do Covid-19, tem propiciado a adoção de estratégias inadequadas na atividade de ensino, tais como: juntar os alunos para a prática e manuseio de 1 (um) teste. Ademais, houve a redução no atendimento à comunidade externa. Destaca-se que atualmente (1º Semestre 2024), apenas 06 (seis) famílias estão sendo atendidas pelo departamento de psicologia.

4.4 Ademais, em razão da falta de materiais apontada acima, e visando atender devidamente às necessidades de disciplinas da área, uma professora concursada e recém ingressada teve que assumir com recursos financeiros próprios a compra de folhas de respostas de testes para cumprir adequadamente a ementa da disciplina. Essa professora, lamentavelmente, exonerou-se da UFMG no final do ano passado.

4.5 Diante de tal panorama, as docentes do Setor de Avaliação consideram uma necessidade premente a aquisição de testes em quantidade suficiente de forma a continuar com as atividades de ensino e extensão relativas à área da avaliação psicológica. Deve-se ressaltar que as disciplinas de avaliação psicológica fazem parte do núcleo comum das atuais Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia (art. 5º – Eixo IV; art. 8º - §5).

4.6 Logo, a referida aquisição busca atender a reposição de materiais danificados, materiais cuja vida útil expirou, substituição de materiais obsoletos, incremento de materiais didáticos, atualização de disciplinas, bem como fomentar novos atendimentos ao público externo do curso de psicologia, ação necessária para continuidade das aulas didáticas e práticas da unidade requisitante.

4.7 Conforme abordado anteriormente, este processo será realizado pela Central de Compras da Diretoria de Logística e Suprimentos da Universidade Federal de Minas Gerais (DLO /UFMG) de forma centralizada, tendo em vista que se trata de itens comuns a algumas unidades da Universidade.

## **5. Descrição dos Requisitos da Contratação**

Para a escolha da solução a ser adotada, os seguintes requisitos deverão ser levados em consideração:

### **5.1 Critérios e práticas de sustentabilidade:**

5.1.1. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nas licitações promovidas pela Administração Pública, e em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, a AGU, quando da aquisição de bens, recomenda-se exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

5.1.1.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.1.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares (quando aplicável);

5.1.1.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

### **5.2 Além dos itens acima, o licitante também deverá:**

5.2.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante e validade;

5.2.2 Ofertar materiais de MELHOR QUALIDADE (1ª qualidade), novo de 1º uso e segundo os padrões usuais de mercado, sendo obrigatória ainda, que conste na proposta, a identificação do fabricante com a marca e sub-marca, se for o caso.

5.2.3 O recebimento provisório ou definitivo dos materiais pela área responsável não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios das mercadorias.

5.2.4 Os materiais que forem constatados fora da especificação deverão ser substituídos imediatamente e com o custo por conta do fornecedor contratado.



5.2.5 Todos os materiais deverão conter em suas embalagens com identificação do produto, a data de validade, quando for o caso

5.2.6 Os materiais a serem entregues poderão ser substituídos pelo fornecedor contratado quando necessário, desde que em comum acordo com a contratante.

5.2.7. A contratada deverá executar, fielmente, as entregas até 30 dias da emissão da nota de empenho, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante

### 5.3 Informações relevantes sobre a presente contratação:

5.3.1 Conforme estabelecido no art. 95, II da lei 14.133/21, o termo de contrato poderá ser substituído por outro instrumento equivalente. Logo, opta-se pela adoção da nota de empenho, uma vez que o objeto da contratação constitui compra de entrega imediata e integral dos bens adquiridos e a contratada não estará vinculada à prestação de obrigações futuras, a não ser aquelas decorrentes da garantia legal.

5.3.2 O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do Art. 84 da Lei 14.133/2021, desde que comprovado o preço vantajoso da Ata.

5.3.3 A presente contratação é restrita e condicionada, conforme abaixo:

5.3.4 A compra de testes psicológicos, mesmo em situações de ensino, só pode ser realizada por profissional psicólogo inscrito no CRP, conforme disposto na Resolução CFP nº 31/2022, que se responsabilizará pelo uso do material. Assim, deve haver um psicólogo responsável técnico que faça a aquisição do teste e o material pode ser repassado ao aluno, desde que o aluno seja estudante de psicologia e apenas no contexto de ensino.

5.3.5 Informamos que o nome e registro (CRP) do profissional responsável pelas aquisições será informado no momento da solicitação do material

5.4 A entrega dos insumos deverá ser efetuada nos seguintes endereços:

Unidade	Endereço	Responsável/dados de contato
<b>Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas FAFUCH</b>	Av. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha - Belo Horizonte – MG – 31270-901 - Almoxarifado da FAFICH – Sala 1006, 1º andar	Valteir Gonçalves Ribeiro  Telefone: 3409 5014 e-mail: <a href="mailto:almoxcompras@fafich.ufmg.br">almoxcompras@fafich.ufmg.br</a>  <a href="mailto:gerencia@fafich.ufmg.br">gerencia@fafich.ufmg.br</a>

## 6. Levantamento de Mercado

6.1 Este Estudo Técnico Preliminar visa, sobremaneira, analisar e escolher a solução que melhor responde às necessidades desta Universidade, sob os aspectos legais, técnicos, econômicos e ambientais em relação aos objetos a serem adquiridos.

6.2 O levantamento de mercado consiste na pesquisa e exploração de diferentes tipos de soluções para a necessidade. Após análise do objeto demandado e dos requisitos da contratação, apresentados no item 4 deste ETP, a equipe de planejamento realizou o levantamento de mercado e identificou algumas características básicas:

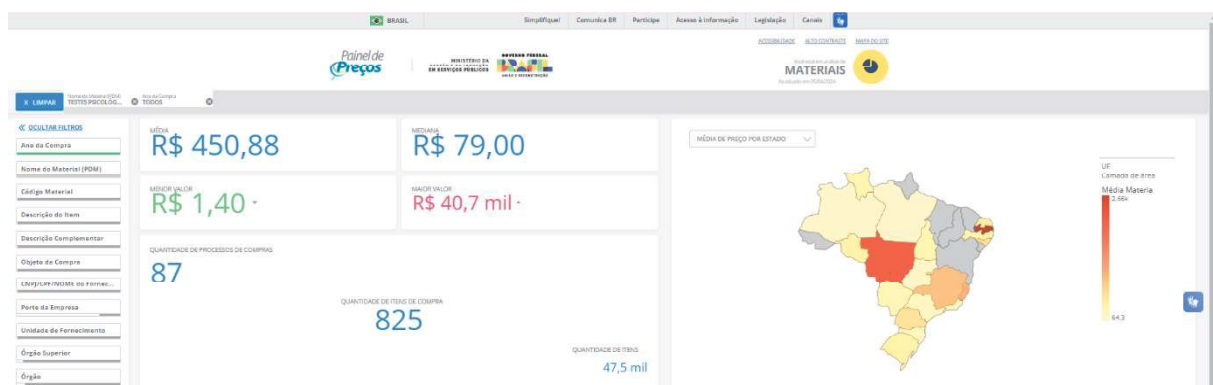
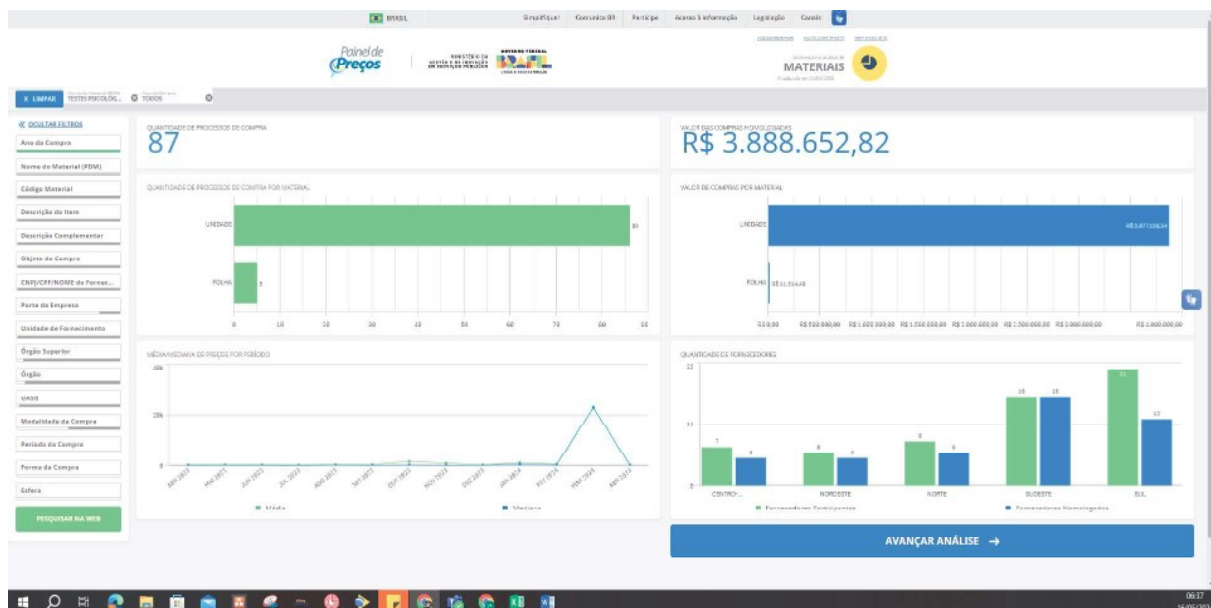
6.2.1 Em razão da baixa complexidade do objeto demandado não será necessário a realização de audiência e/ou consulta pública, junto ao mercado para coleta de contribuições;

6.2.2 Não se aplica a hipótese de locação dos bens demandados;

6.2.3 Não foi possível obter diferentes tipos de soluções, uma vez que o tipo de objeto é um bem de natureza comum;

6.2.4 O objeto demandado possui contratações similares por outros órgãos e entidades públicas, ou seja, não se trata de demanda exclusiva ou estranha para o mercado.

6.2.5 Informamos que foi realizada pesquisa no painel de preços e verificou-se que ao utilizar os filtros: nome do material (PDMI) “testes psicológicos” e ano da compra “todos” obteve-se como retorno um total de 87 processos, com 58 fornecedores participantes.





6.2.6 Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, em especial Universidade Federais, por meio de consultas a outros editais, com o objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da administração. Não se observou maiores variações quando à execução do objeto. Assim, a variação se dá pela modalidade de licitação aplicada a cada caso, a depender da permissibilidade normativa;

6.2.6.1 Dos 87 processos encontrados, 04 foram realizados por inexigibilidade de licitação, 37 por pregão eletrônico, e 46 por dispensa de licitação.

6.2.6.2 Foi observado que o SRP é uma alternativa viável e bem conhecida entre as empresas do ramo;

6.3. Verifica-se a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos materiais a serem adquiridos, conforme os requisitos estabelecidos neste documento.

## 7. Descrição da solução como um todo

7.1 A solução para o atendimento das demandas da unidade requisitante, abordada nesse estudo, consistem na aquisição de testes psicológicos específicos, conforme a Descrição da Necessidade (item 4) e Descrição dos Requisitos da Contratação (item 05), bem como o ANEXO I – TABELA DE ITENS.

7.2 Destaca-se que os direitos autorais dos testes que se pretendem adquirir, pertencem a editoras específicas no Brasil, não sendo, portanto, possível adquirir materiais genéricos que eventualmente possam ser oferecidos. Todos os testes solicitados têm sua aprovação pelo órgão fiscalizador e orientador da categoria profissional da Psicologia, a saber: o Conselho Federal de Psicologia.

7.3 Quanto à aderência aos padrões do mercado, os testes selecionados para a compra, além de figurarem entre os mais utilizados em avaliações psicológicas nos diversos contextos de

atuação do psicólogo (clínico, escolar, organizacional, jurídico, etc.), são os que contemplam com maior adequação ao mínimo exigido para a formação dos discentes – futuros psicólogos que atuarão em diversas frentes de trabalho no mercado.

#### 7.4. Sobre a obrigatoriedade de selecionar testes aprovados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI):

7.4.1 Conforme a Resolução do Conselho Federal de Psicologia n. 31 de 15 de dezembro de 2022, apenas testes psicológicos com parecer favorável pelo Conselho podem ser ensinados. Isto coloca uma limitação ao docente que tem que basear o conteúdo de suas aulas nos testes que constam como “favoráveis” na lista disponibilizada pelo Conselho Federal de Psicologia e disponível para acesso no site do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). Esta lista é atualizada semanalmente. Isto significa que um teste psicológico aprovado para ensino hoje, pode não o ser no semestre seguinte, se os seus dados de validade, precisão e normatização (definidores de sua qualidade psicométrica) expirarem.

7.4.2 Logo, somente estão sendo solicitados testes apropriados para o uso, conforme se pode averiguar no SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos), que tem como objetivo avaliar a qualidade técnico científica de instrumentos psicológicos e divulgar informações sobre os testes psicológicos à comunidade e aos profissionais psicólogos.

7.4.3 Destaca-se que embora na listagem publicizada pelo SATEPSI sejam identificados mais de 100 testes disponíveis e favoráveis, aqueles escolhidos para ensino nas disciplinas do curso de Psicologia o são por sua qualidade técnica ímpar (grande número de evidências sobre suas propriedades psicométricas) e aceitação praticamente universal da comunidade científica nacional e internacional.

7.4.4 A justificativa de utilização de cada teste encontra-se pormenorizada no ANEXO I – TABELA DE ITENS deste estudo.

7.5 Os bens a serem adquiridos se enquadram como comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

7.6 A equipe de planejamento da contratação optou pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) para este processo licitatório. A motivação pela escolha se dá pelas características dos objetos, não sendo possível a definição previa do quantitativo a ser demandado pela Administração, frente às necessidades de modificações e/ou inclusões de aulas práticas, a aprovação de novos projetos de pesquisa e extensão, e as constantes necessidades de reposição.

7.6.1 O Sistema de Registro de Preço possibilita algumas vantagens, como por exemplo:

- - Viabiliza a eficiência administrativa, promovendo a diminuição do número de licitações e reduz os custos operacionais durante o exercício financeiro;
  - O fornecimento do objeto ocorre somente quando surgir a necessidade em que se adquirir os bens consumo registrados em ata;
  - Não obrigatoriedade em se adquirir os bens registrados, quer seja em suas quantidades parciais ou totais;
  - As dotações orçamentárias são indispensáveis somente no momento da contratação; e
  - Redução do volume de estoques, uma vez que a Administração Pública contrata na medida de suas necessidades.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1 O quantitativo a ser licitado foi definido e justificado pelas unidades requisitantes, conforme o ANEXO II – PLANILHA COMPARATIVA DE PREÇOS PRATICADOS, deste estudo.

## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 124.870,59

9.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 124.870,59 (cento e vinte e quatro mil reais, oitocentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos)

9.2 A pesquisa de preços para definir o valor estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº65, de 07 de julho de 2021.

9.3 Deve-se ressaltar que para cumprimento do inciso I e II do art. 5º da IN 65/2021, para os itens do presente ETP, foi utilizada a ferramenta privada paga de amplo conhecimento dos órgãos públicos, o Banco de Preços ([www.bancodepreços.com.br](http://www.bancodepreços.com.br)). É utilizado o banco de dados do próprio Portal de Compras Governamentais para exibição dos resultados buscados. É uma ferramenta avançada de buscas que utiliza somente as Atas registradas no Portal de Compras Governamentais como pesquisa.

9.4 Essa ferramenta permite uma ampla busca rápida e um grande número de informações para uma única pesquisa, o que não é alcançado utilizando a ferramenta de busca direto no Portal de Compras Governamentais. Podem ser facilmente conferidos a veracidade junto ao próprio Portal de Compras Governamentais. Os dados obtidos pelo Banco de Preços estão em relatórios e forma reunidos em Quadro de Pesquisas de Preços.

9.5 Também foi realizada pesquisa em mídia especializada (inciso III) e pesquisa direta com fornecedores (inciso IV) para compor a cesta de preços.

## 10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1 A teor do inciso V do art. 40 da Lei 14.133/2021, as contratações públicas devem observar, sempre que viável, o princípio do parcelamento do objeto. O qual pode ser formal ou material. Porém, o cumprimento de tal princípio deve ser orientado, basicamente, em três fatos distintos: natureza do objeto, economicidade e gestão do objeto.

10.2 Logo, a licitação deve ser realizada por item sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

10.3 Destaca-se que tal regra comporta exceções. Segundo a súmula nº 247 é possível o agrupamento dos itens desde que haja justificativa técnica ou econômica, unicidade do objeto, inviabilidade operacional e dificuldade de se atribuir futuras responsabilidades, perda da economia de escala ou aumento no custo final.

10.4 Diante do exposto, essa comissão de planejamento, com o objetivo de propiciar a ampla participação dos licitantes, optou pela adjudicação por item, visto que o escopo contratual, é de



natureza divisível. Destaca-se que não foram identificados elementos que possam trazer prejuízos para o conjunto ou complexo e/ou perda de economia de escala. Assim sendo, o objeto deve seguir a regra do parcelamento da solução.

## 11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1 As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si. Já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para plena satisfação da necessidade da administração.

11.2 Portanto, após a verificação dos itens a serem contratados, não foram identificadas contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

## 12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	
ID PCA no PNCP	17217985000104-0-000025/2024
Data de publicação no PNCP	19/05/2023
Id do item no PCA	322
Classe/Grupo	7690 – IMPRESSOS DIVERSOS
Identificador da Futura Contratação	153287-32/2024

## 13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1 Os itens, objetos da presente contratação, visam atender demandas previstas nas diversas atividades didáticas do curso de psicologia. A primorosa preocupação com a formação dos nossos discentes e futuros profissionais da Psicologia brasileira apresentando argumentos mais amplos que revelam os impactos e resultados associados à compra e utilização dos materiais solicitados, tais como:

13.1.1 **Atualização e Diversificação dos Instrumentos de Avaliação:** A Avaliação Psicológica (AP) é um campo que nos últimos anos teve uma expansão exponencial no tocante à produção de novos instrumentos e nossos discentes, portanto, não podem sair desta egrégia Universidade sem estarem formados, informados e proficientes no tocante aos instrumentos mais essenciais para a sua prática competente da Psicologia, mais especificamente no campo da AP. Os testes solicitados para compra permitem, minimamente, que os estudantes tenham



acesso a instrumentos de avaliação psicológica, que refletem as mais recentes descobertas e tendências da área, a fim de enriquecer a formação dos alunos, permitindo-lhes desenvolver habilidades de avaliação mais abrangentes e atualizadas.

**13.1.2 Atendimento às Demandas DA COMUNIDADE bem como melhorar a formação dos discentes para o mercado de trabalho:** Os profissionais formados em Psicologia frequentemente trabalham em contextos diversos, incluindo clínica, escolas, organizações e serviços de saúde. Cada um desses contextos pode exigir o uso de diferentes testes psicológicos, adaptados às suas necessidades específicas. Portanto, faz-se necessária a diversificação do acervo de testes para garantir que os alunos estejam preparados para atender às demandas variadas do mercado de trabalho e, em situação mais imediata, consigamos acolher demandas de Avaliações Psicológicas que são encaminhadas à Clínica-escola do curso de Psicologia da UFMG.

**13.1.3 Garantia de Qualidade na Avaliação Psicológica:** A seleção cuidadosa de testes psicológicos é essencial para garantir a qualidade e a precisão dos processos de avaliação psicológica. Testes desatualizados ou inadequados (como é o caso de muitos que possuímos no Laboratório didático de AP) podem fornecer resultados imprecisos ou não representativos, comprometendo a integridade da avaliação e, conseqüentemente, a qualidade dos serviços oferecidos pelos profissionais de Psicologia. Portanto, a aquisição de novos testes de qualidade é fundamental para assegurar que os alunos estejam sendo treinados com os melhores recursos disponíveis.

**13.1.4 Fomento à Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico:** A disponibilidade de uma ampla gama de testes psicológicos também estimula a pesquisa acadêmica e o desenvolvimento de novos conhecimentos na área. Os alunos podem utilizar esses testes em seus projetos de pesquisa, investigando diferentes fenômenos psicológicos e contribuindo para o avanço do campo. Além disso, a familiaridade com uma variedade de instrumentos de avaliação prepara os alunos para participarem ativamente de pesquisas e contribuírem para o desenvolvimento da Psicologia como ciência.

**13.1.5 Cumprimento de Requisitos Curriculares e Normativos:** Por fim, mas não menos importante, os testes psicológicos em disciplinas e estágios obrigatórios atende aos requisitos curriculares e normativos estabelecidos para o curso de Psicologia. As diretrizes curriculares e as regulamentações profissionais geralmente especificam a necessidade de formação adequada em avaliação psicológica, incluindo o uso de testes padronizados e validados. Portanto, a aquisição de novos testes é essencial para garantir que o currículo do curso esteja alinhado com essas diretrizes e que os alunos atendam aos requisitos necessários para sua formação e certificação profissional

**13.2 Além dos resultados específicos acima, a referida aquisição também busca:**

**13.2.1 Economia no valor da contratação em função do ganho em escala, com a compra centralizada;**

**13.2.2 Eficiência com a redução do custo administrativo em função da redução da fragmentação de processos licitatórios;**

## 14. Providências a serem Adotadas

14.1 Para essa contratação, observa-se a necessidade de providências no sentido de garantir o acompanhamento dos atos das entregas e análise dos produtos quando do seu recebimento provisório, de forma a confirmar as especificações, marca, condições de embalagem entre outros.

14.2 A administração deverá manter quadro de servidores com competência adequada a exercer os vários papéis na gestão e fiscalização desta contratação, evitando-se que aspectos sobre os quais não detêm competência sejam negligenciados, acarretando não detecção de descumprimento de partes de avença com consequências.

14.3 A autoridade competente designará formalmente os representantes da organização que atuarão no recebimento provisório e definitivo dos itens, assim como os seus eventuais substitutos.

14.4 O representante da administração que for nomeado para atuar na fiscalização que não detenha competências para tal deverá notificar formalmente a autoridade que o nomeou sobre a necessidade de capacitação

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios e política de sustentabilidade ambiental já abordados no item 04 deste ETP.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

1.

1.1. Mediante os dados apresentados no presente estudo, constata-se que a aquisição em tela, com o propósito devidamente explanado, é necessária para o desenvolvimento das atividades didáticas e acadêmicas do curso de psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Portanto, presente contratação é viável.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**FLAVIA OLIVEIRA ARRUDA**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 11/09/2024 às 09:38:14.

Documento assinado digitalmente  
**LARISSA ASSUNCAO RODRIGUES**  
Data: 25/09/2024 10:26:06-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente  
**LARISSA ASSUNCAO RODRIGUES**  
Data: 26/09/2024 10:04:29-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**LARISSA ASSUNCAO RODRIGUES**

Agente de contratação

Documento assinado digitalmente  
**CARMEN ELVIRA FLORES MENDOZA PRADO**  
Data: 25/09/2024 17:15:26-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**CARMEN ELVIRA FLORES MENDOZA PRADO**

Agente de contratação

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 5.1. ANEXO I do ETP.pdf (658.18 KB)
- Anexo II - Anexo II -ETP - Planilha Comparativa de Preços Praticados.pdf (452.42 KB)

## **Anexo I - 5.1. ANEXO I do ETP.pdf**

ANEXO I – TABELA DE ITENS

	Justificativa de uso	Consumo por semestre	Característica do produto	Quantidade solicitada
NEO-PI-R	Trata-se de um instrumento de avaliação da personalidade adulta. O teste é ensinado semestralmente na disciplina obrigatória TEP II e é também utilizada em estágios que envolvem avaliação psicológica de adultos.	100 Cadernos de Aplicação, correspondendo a 80 alunos por semestre que se matriculam na disciplina obrigatória.	Produto permanente - Uso individual	100 cadernos, considerando-se 20% a mais para reposição daqueles com desgaste de uso.
		4 blocos (cada bloco compreende 25 folhas de resposta)	Produto consumível – Uso individual	04 blocos, totalizando 100 folhas de resposta para atendimento de dois semestres letivos consecutivos assim como estágios clínicos.
		16 manuais NEO-PI-R	Produto permanente – Uso individual ou coletivo	16 manuais. Os alunos de psicologia podem manusear individual ou em grupo de 4 o manual do NEO-PI-R no Laboratório de Apoio Didático 2050.
ESAVI	Trata-se de uma escala de avaliação da impulsividade com duas formas A e B. O teste é ensinado semestralmente na disciplina obrigatória TEP II e é também utilizada em estágios que envolvem avaliação psicológica de adulto	6 blocos, sendo 3 forma A e 3 forma B (cada bloco compreende 25 folhas de resposta)	Produto consumível – Uso individual	06 blocos, sendo seis Forma A e seis forma B, totalizando 300 folhas de resposta para atendimento de dois semestres letivos consecutivos assim como estágios clínicos.
		05 manuais ESAVI	Produto permanente – Uso individual ou coletivo	05 manuais. Os alunos de psicologia podem manusear individual ou em grupo de 4 o manual do ESAVI no Laboratório de Apoio Didático 2050.
BPA	Trata-se de uma escala de avaliação da atenção para crianças e adultos. O teste é ensinado semestralmente na disciplina obrigatória TEP II e é também utilizada em estágios que envolvem avaliação psicológica de crianças e adultos.	6 blocos (cada bloco compreende 25 folhas de resposta)	Produto consumível – Uso individual	06 blocos, totalizando 300 folhas de resposta do BPA para atendimento de 02 semestres letivos consecutivos assim como estágios clínicos de crianças e adultos.
		35 manuais BPA	Produto permanente – Uso individual ou coletivo	35 manuais. Os alunos de psicologia podem manusear individual ou em grupo de 4 o manual do BPA no Laboratório de Apoio Didático 2050.

AIP	Trata-se de uma escala de avaliação dos interesses profissionais dos jovens. O teste é ensinado semestralmente em disciplina optativa.	10 kits. Cada kit compreende um manual e um bloco de 25 folhas de resposta.	Cada kit fornece produto permanente (manual) e consumível (um bloco de folhas de respostas).	10 kits que totalizam 10 manuais e 250 folhas de resposta. O material consumível atenderá dois semestres consecutivos da disciplina optativa (120 alunos + estágio clínico-escolar)
TCFI	Trata-se de uma escala de avaliação da criatividade figural de crianças. O teste é ensinado semestralmente na disciplina TEP I e é utilizada no estágio de avaliação de crianças com suspeita de superdotação.	8 kits. Cada kit compreende um manual, um livro de exercícios e um bloco de 25 folhas de resposta.	Material parcialmente permanente (manual e livro de exercícios). Uso didático coletivo.	8 kits que totalizam oito manuais, oito livros de exercícios e 25 folhas de resposta. O material consumível atenderá dois semestres consecutivos da disciplina TEP I. Dado que o teste é para crianças, o teste é mostrado para os alunos apenas.
		20 Livros de Exercícios TCFI	Material consumível – uso individual	Os 20 livros servirão para uso nos estágios clínico-infantil no período de 2 semestres..
		4 Livros de Avaliação TCFI (blocos de folha de resposta)	Material consumível – uso individual	Os 4 livros de avaliação do TCFI corresponde a 100 folhas de resposta e servirão para uso nos estágios clínico-infantil no período de 2 semestres.
EPQ_J	Teste de avaliação da personalidade em crianças/adolescentes. O teste é ensinado semestralmente na disciplina obrigatória TEP II e é utilizada no estágio de avaliação clínica de crianças e adolescentes.	10 manuais	Material permanente – uso individual ou coletivo.	10 manuais. Os alunos de psicologia podem manusear individual ou em grupo de 4 o manual do EPQ-J no Laboratório de Apoio Didático 2050.
		4 Livros de Aplicação. Cada livro contém 25 folhas de aplicação.	Material permanente – uso individual	4 livros de aplicação que correspondem no total a 100 folhas. Material a ser utilizado nos estágios clínico-infanto/juvenil.
		6 livros de Avaliação, sendo 2 de avaliação feminina, 2 de avaliação masculina e 2 de população geral. Cada livro de avaliação contém 25 folhas.	Material consumível – uso individual	6 livros de avaliação, sendo dois para sexo masculino (total = 50 folhas), dois para sexo feminino (total = 50 folhas) e dois para população geral (total = 50 folhas). Material a ser utilizado nos estágios clínico-infanto/juvenil durante dois semestres. O livro de avaliação para população geral serve em caso de



				diversidade de gênero da demanda a ser atendida.
G-38	Teste de avaliação da inteligência não-verbal para população adulta. O teste é ensinado na disciplina obrigatória de TEP I e é utilizado também em estágio clínicos de adultos.	40 manuais G-38	Produto permanente – Uso individual ou coletivo	40 manuais. Os alunos de psicologia podem manusear individual ou em grupo de 4 o manual do G-38 no Laboratório de Apoio Didático 2050.
		80 Livro de exercício G-38	Produto permanente – Uso individual ou coletivo	80 cadernos, para atender às aplicações em que cada aluno deve utilizar, individualmente, um livro de exercício.
		12 blocos (cada bloco compreende 25 folhas de resposta)	Produto consumível – Uso individual	12 blocos, totalizando 300 folhas de resposta do G-38 para atendimento de dois semestres letivos consecutivos da disciplina TEP I assim como uso em estágios clínicos de adultos.
		80 crivos de correção G-38	Produto permanente – Uso individual ou coletivo	80 crivos para ensino coletivo dos alunos de TEP I.
WISC-IV	Trata-se de bateria de avaliação intelectual das crianças. Bateria ensina em disciplina especial e utilizada em estágio de avaliação de crianças suspeitas de superdotação.	- 1 Manual Técnico; - 1 Manual de Instruções para Aplicação e Avaliação; -10 Protocolos de Registro; -10 Protocolos de Resposta 1; -10 Protocolos de Resposta 2; -1 Livro de Estímulos; -1 Caixa de cubos; -2 Crivos Código; -1 Crivo Procurar Símbolos; -1Crivo de Cancelamento.	Produto permanente – Uso individual	Cinco caixas para serem utilizadas em disciplina especial que costumeiramente recebe 30 alunos e em estágio clínico infanto/juvenil que atende às demandas da comunidade externa. Nos estágios, por semestre, em média, se atende cerca de 30 indivíduos encaminhados por escolas (principalmente) e outras instituições assistenciais ao público infanto-juvenil.
		90 protocolos de registro geral do WISC-IV	Material consumível – uso individual	90 protocolos. Material para ensino na disciplina especial de Escalas Wechsler e uso em estágio clínico infanto-juvenil por dois semestres.
		40 protocolos de resposta 1 do WISC-IV	Material consumível – uso individual	40 protocolos. Material para ensino na disciplina especial de Escalas Wechsler e uso

				em estágio clínico infanto-juvenil por dois semestres.
		40 protocolos de resposta 1 do WISC-IV	Material consumível – uso individual	40 protocolos. Material para ensino na disciplina especial de Escalas Wechsler e uso em estágio clínico infanto-juvenil por dois semestres.
WAIS-III	Bateria de avaliação de inteligência para adultos. Esta bateria é ensinada em disciplina especial e utilizada em estágio de avaliação de adultos suspeitos de superdotação.	2 caixas completas. Cada caixa compreende: -1 Apostila de Instrução para Aplicação; -1 Crivo Procurar Símbolos; -1 Crivo Códigos; -5 Protocolos Registro Geral; -5 Protocolos Procurar Símbolos/Códigos; -1 Manual Para administração e Avaliação; -1 Manual Técnico; -1 Caixa Cubos; -1 Caixa de Arranjo de figuras; -1 Quebra Cabeças; -1 Livro de Estimulo; -1 Anteparo	Material permanente – uso individual	Duas caixas para serem utilizadas em disciplina especial que recebe semestralmente 30 alunos e é usada em estágio de avaliação neuropsicológica de adultos. Essas duas caixas se adicionarão aquelas já existentes (n=3) no Laboratório Didático 2050.
		65 folhas de Registro Geral WAIS-III	Material consumível – uso individual	65 folhas de registro geral. Material a ser utilizado em disciplina especial que recebe semestralmente 30 alunos e é usado em estágio de avaliação neuropsicológica de adultos. Material para ser utilizado em 2 semestres acadêmicos.
		65 folhas de Procurar Símbolos/Códigos	Material consumível – uso individual	65 folhas de Procurar Símbolos/Código. Material a ser utilizado em disciplina especial que recebe semestralmente 30 alunos e é usado em estágio de avaliação

				neuropsicológica de adultos. Material a ser usado em dois semestres acadêmicos.
BFP	Teste de avaliação da personalidade. Trata-se de um teste nacional e que junto com o internacional (NEO-PI-R) constituem os testes de avaliação psicométrica mais utilizados pelos psicólogos. Este teste é ensinado na disciplina obrigatória de TEP II.	80 Cadernos de Aplicação, correspondendo a 80 alunos por semestre que se matriculam na disciplina obrigatória.	Produto permanente – Uso individual	80 cadernos, considerando-se que cada discente precisa receber um para uso individual durante a aplicação do teste
		4 blocos de folhas de apuração BFP. Cada bloco contém 25 folhas de resposta	Produto consumível – Uso individual	04 blocos, totalizando 100 folhas de resposta para atendimento de dois semestres letivos consecutivos assim como estágios clínicos
Matrizes Avançadas de Raven	Instrumento de avaliação intelectual de adultos universitários. Seu ensino é oferecido na disciplina obrigatória de TEP I.	100 Cadernos de Aplicação, correspondendo a 80 alunos por semestre que se matriculam na disciplina obrigatória.	Produto permanente – Uso individual	100 cadernos, considerando-se 20% a mais para reposição daqueles com desgaste de uso
		50 manuais Raven Avançado	Produto permanente – Uso individual ou coletivo	50 manuais. Os alunos de psicologia podem manusear individual ou em duplas. Material de uso permanente devendo ser repostado quando for danificado ou quando houver o vencimento da normatização do teste.
		5 blocos de folhas de resposta do Raven Avançado. Cada bloco contém 25 folhas de resposta	Produto consumível – Uso individual	05 blocos, totalizando 250 folhas de resposta para atendimento de dois semestres letivos consecutivos assim como estágios clínicos adulto.
MAP	Trata-se de um teste de Atenção Plena e que é ensinado na disciplina especial de TEP II.	8 blocos (cada bloco compreende 25 folhas de resposta)	Produto consumível – Uso individual	8 blocos, totalizando 200 folhas de resposta do MAP para atendimento de dois semestres letivos consecutivos da disciplina TEP II assim como uso em estágios clínicos de adultos.
		8 manuais MAP	Material permanente – uso individual ou coletivo.	8 manuais. Os alunos de psicologia podem manusear individual ou em grupo de 4 o manual do MAP no Laboratório de Apoio Didático 2050.

MRI	Trata-se de um teste de avaliação da resiliência infantil. O teste é ensinado em TEP II e é utilizado nos estágios clínicos/infantil.	5 kits completos. Cada kit contém: Conteúdo do kit: 1- Manual 1-Livro de Estímulos 2-Protocolo com 25 folhas 1-Crivo de Correção	Material permanente – uso individual ou coletivo	5 kits completos para ensino na disciplina obrigatória de TEP II.
		20 livros de estímulos MRI	Material permanente – uso individual	20 livros de estímulos para uso exclusivo de estágios clínico/infantil.
		20 protocolos de correção MRI	Material permanente – uso individual	20 protocolos de correção MRI para uso exclusivo de estágios clínico/infantil
TDE II – 1º ao 4º ano	Trata-se de um teste de avaliação de desempenho escolar para crianças. O teste é ensinado em TEP I e é utilizado nos estágios clínicos infantil.	5 kits completos.	Material permanente (manual) e consumível (folhas de resposta). Cada kit contém um bloco de 25 folhas de resposta - Uso individual	5 kits completos para ensino em disciplina obrigatória. As folhas de respostas serão usadas em estágio clínico/infantil por período de dois semestres.
TDE II – 5º ao 9º ano	Trata-se de um teste de avaliação de desempenho escolar para crianças. O teste é ensinado em TEP I e é utilizado nos estágios clínicos infantil.	5 kits completos.	Material permanente (manual) e consumível (folhas de resposta). Cada kit contém um bloco de 25 folhas de resposta - Uso individual	5 kits completos para ensino em disciplina obrigatória. As folhas de respostas serão usadas em estágio clínico/infantil por período de 2 semestres.
Matrizes Progressivas de Raven Colorido	Teste de avaliação cognitiva infantil. O instrumento é ensinado em TEP I e é utilizado em estágios clínico-infantil.	7 kits completo	Material permanente (manual) e consumível (folhas de resposta). Cada kit contém um bloco de 25 folhas de resposta - Uso individual.	7 kits completos para ensino em disciplina obrigatória. As folhas de respostas serão usadas em estágio clínico/infantil por período de 2 semestres.

EPF-TDAH	Trata-se de uma escala que avalia dificuldade de adaptação funcional de adultos por TDAH. O instrumento é ensinado na disciplina obrigatória de TEP II.	07 kits completos	Material permanente – Uso individual	07 kits completos para ensino em disciplina obrigatória. As folhas de respostas serão usadas em estágio clínico/infantil por período de 2 semestres.